

O perpetrador na Nova República e as disputas pela memória da ditadura

: o caso do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

<*Daniele de Paula*>

<Mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo
(PPGHS/USP)>

Resumo

O objetivo deste artigo é reconstruir e analisar o papel do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra nas disputas pela memória da ditadura no Brasil e, a partir dessa análise, contribuir para a compreensão das disputas atuais em torno do passado de violência. Para tanto, será abordada a trajetória do coronel durante o regime militar, o seu engajamento nas disputas pela memória da ditadura a partir dos anos 1980 e, por fim, a recuperação de sua figura pela extrema direita atual. Em linhas gerais, o artigo trabalha com a hipótese de que o coronel desempenhou um papel relevante na construção de uma memória pró-ditadura que, nos últimos anos, tem ganhado espaço com a ascensão de grupos ligados à direita autoritária. O artigo se baseia na análise de livros, entrevistas e depoimentos concedidos por Ustra, além de reportagens, registros de imprensa e documentos produzidos por militares e apoiadores, interpretados à luz da bibliografia sobre memória, ditadura e perpetradores.

Palavras-chave ditadura militar – perpetradores – memória da ditadura..

Submissão

29/04/2025

Aprovação

03/10/2025

Publicação

22/12/2025

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/02536-0. E-mail para contato: danieledepaula@usp.br

The perpetrator in the New Republic and the disputes over the memory of the dictatorship: the case of Colonel Carlos Alberto Brilhante Ustra

Abstract

The objective of this article is to reconstruct and analyze the role of Colonel Carlos Alberto Brilhante Ustra in the disputes over the memory of the dictatorship in Brazil and, based on this analysis, contribute to the understanding of current debates surrounding the violent past. To do this end, the article addresses the colonel's trajectory during the military regime, his involvement in the memory disputes starting from the 1980s, and, finally, the recovery of his figure by the contemporary far right. Broadly speaking, the article operates under the hypothesis that the colonel played a significant role in constructing a pro-dictatorship memory that, in recent years, has gained prominence with the rise of groups linked to the authoritarian right. The study is based on the analysis of books, interviews, and testimonies given by Ustra, as well as news reports, press archives, and documents produced by military personnel and supporters, interpreted in light of the existing literature on memory, dictatorship, and perpetrators.

Keywords military dictatorship – perpetrators – dictatorship memory.

El perpetrador en la Nueva República y las disputas por la memoria de la dictadura: el caso del Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

Resumen

El objetivo de este artículo es reconstruir y analizar el papel del coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra en las disputas por la memoria de la dictadura en Brasil y, a partir de este análisis, contribuir a la comprensión de las disputas actuales en torno al pasado de violencia. Para ello, se aborda la trayectoria del coronel durante el régimen militar, su compromiso en las disputas por la memoria de la dictadura desde la década de 1980 y, finalmente, la recuperación de su figura por parte de la extrema derecha actual. En líneas generales, el artículo trabaja con la hipótesis de que el coronel desempeñó un papel relevante en la construcción de una memoria prodictadura que, en los últimos años, ha ganado espacio con el ascenso de grupos vinculados a la derecha autoritaria. El artículo se basa en el análisis de libros, entrevistas y testimonios concedidos por Ustra, además de reportajes, registros de prensa y documentos producidos por militares y simpatizantes, interpretados a la luz de la bibliografía sobre memoria, dictadura y perpetradores.

Palabras clave dictadura militar – perpetradores – memoria de la dictadura.

As disputas pela memória da ditadura

A pesar de terem conduzido e tutelado o processo de transição política, os militares não foram capazes de impor uma memória “positiva” do regime militar. Pelo contrário, foi justamente durante a transição que ocorreu a consolidação de uma memória crítica à ditadura que, posteriormente, se tornou hegemônica na sociedade brasileira.² Tal memória começou a ser construída ainda nos primeiros anos do regime militar, após os militares perderem o apoio da Igreja Católica e de alguns setores liberais que haviam apoiado o golpe. Segundo Marcos Napolitano, “essa dissociação permitiu a construção progressiva de um discurso crítico sobre o regime que logo se transformou em memória hegemônica e que fez convergir elementos do liberalismo com a crítica de esquerda”.³

No entanto, foi somente durante a transição que as críticas à ditadura ganharam maior espaço na sociedade brasileira, devido ao fortalecimento das oposições e ao desgaste do regime militar.⁴ Nesse período também foram publicadas muitas biografias e autobiografias de guerrilheiros, que contribuíram para a consolidação de uma memória crítica sobre o período.⁵ De acordo com José Roberto Martins Filho, a publicação de tais biografias são exemplos significativos do primeiro avanço das esquerdas nas disputas pela memória.⁶ Ademais, em 1985, foi publicado o livro *Brasil: Nunca Mais*, que se tornou um verdadeiro marco na denúncia dos crimes cometidos pela ditadura.⁷

Evidentemente, todo esse “movimento” foi acompanhado pelos militares e causou descontentamento na caserna. Em uma apreciação de 1984, por exemplo, um analista do Centro de Inteligência do Exército (CIE) denunciou a “reescrita” da história pelas esquerdas e defendeu a necessidade de o Exército agir, “Há que se escrever a história

2 Entendemos por “hegemônica” a memória que consegue legitimar a sua narrativa no debate público devido à hegemonia que exerce nos espaços de formação e reprodução da memória (Universidades, imprensa, meio de comunicação, etc.). Para saber mais, ver: NAPOLITANO, Marcos. “Recordar é vencer”: as dinâmicas e as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. In: *Antíteses*, Londrina, 2015.

3 NAPOLITANO, Marcos. *1964 História do regime militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020, p. 316.

4 Entre os acontecimentos que contribuíram para o desgaste do regime militar, durante a transição, destaca-se: o fim da bonança consumista do milagre econômico, a volta da inflação e as denúncias de corrupção.

5 ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS-FILHO, João Roberto (org.), *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. Ufscar, 2006, p. 3.

6 MARTINS-FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura nos depoimentos de militantes e militares. In: *Varia História*, Minas Gerais, 2002, p. 182.

7 O livro *Brasil: Nunca Mais* é fruto de um projeto que se iniciou em 1979, quando advogados – apoiados pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright – passaram a fotocopiar os processos do Superior Tribunal Militar, nos quais os presos políticos denunciavam as torturas sofridas. Sendo assim, o projeto contribuiu não só para denunciar as terríveis práticas do regime militar, como também para preservar essa importante documentação.

verdadeira, a história dos vencedores, a nossa história”.⁸ É nesse contexto que alguns militares – com perfil mais radical – começaram a se empenhar nas disputas pela memória da ditadura, a fim de expor as suas visões dos acontecimentos e/ou defender as suas atuações pessoais no período. Sendo assim, podemos compreender as disputas pela memória da ditadura como um intenso intercâmbio de versões sobre o regime de 1964 e, ao mesmo tempo, como uma continuação da luta política do período.⁹

Essas disputas existem, em primeiro lugar, porque as memórias são múltiplas – há inúmeras memórias sobre um mesmo acontecimento/ período – e, em segundo lugar, porque a memória vai muito além da simples recordação, configurando-se como um campo de disputa sobre as narrativas do passado e suas implicações no presente. No caso da ditadura militar, Marcos Napolitano buscou mapear algumas das memórias circulantes, destacando: a) a memória ressentida dos militares; b) a memória da oposição liberal (grandes vencedores no plano memorial, segundo Napolitano); c) a memória da esquerda comunista e parte das novas esquerdas; d) a memória diluída da Nova Esquerda; e) a memória dos familiares de mortos e desaparecidos; e f) a memória dos nostálgicos da ditadura (inicialmente isolada, mas que tem ganhado espaço nos últimos anos).¹⁰ Nesse cenário plural e conflituoso, alguns militares de perfil mais radical, como mencionado anteriormente, passaram a se engajar ativamente nas disputas pela memória, desde a década de 1980, numa tentativa de reverter o avanço de narrativas críticas ao regime militar.

Esse é o caso do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, objeto de interesse deste artigo. De modo geral, buscaremos reconstruir e analisar seu papel nessas batalhas, evidenciando o papel ativo do coronel desde os anos 1980 até a sua morte, em 2015. Ao enfatizar a importância de Ustra nesse processo, pretendemos contribuir para a compreensão de como as disputas atuais têm raízes nesse período inicial, embora tenham ganhado mais força após a ascensão da extrema direita no país.¹¹ Para tanto, será empregada uma metodologia qualitativa na análise de livros, entrevistas e depoimentos concedidos por Ustra. Além disso, também trabalharemos com reportagens, registros de imprensa e documentos produzidos por militares e apoiadores, interpretados à luz de uma ampla bibliografia sobre memória, ditadura e perpetradores. O artigo se inicia

8 Apreciação S/Nº. – AI. 27/03/1984, p. 3.

9 MARTINS-FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura nos depoimentos de militantes e militares. In: *Varia História*, Minas Gerais, 2002, p. 182.

10 NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História: Questões e Debates*. Curitiba, v. 68, nº 01, 2020.

11 Segundo Lucas Pedretti, o discurso nostálgico em relação ao regime militar é uma das características centrais da extrema direita atual no Brasil. Ver: PETRETTI, Lucas. Bolsonaro e a luta contra a memória das vítimas da ditadura. *Revista Etcetera*, nº 6, 2020.

com algumas considerações sobre o campo de estudos dos perpetradores e sobre o conceito de memória, em seguida aborda a trajetória do coronel durante a ditadura, o seu papel nas disputas pela memória e, por fim, a recuperação de sua figura pela extrema direita atual.

Os perpetradores e a memória como objeto de estudo

A categoria “perpetrador” tem sido amplamente utilizada para designar os agentes envolvidos em graves violações de direitos humanos e costuma aparecer com frequência na literatura sobre o Holocausto e outros processos de violência, como o das ditaduras do Cone Sul. Na Argentina, a categoria tem sido empregada para se referir às pessoas denunciadas, acusadas, processadas e condenadas por violações de direitos humanos durante a última ditadura militar.¹² É precisamente nesse sentido que utilizaremos a categoria “perpetrador” para nos referirmos ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, cujo envolvimento em graves violações de direitos humanos possui farta comprovação.¹³ Contudo, qual o intuito por trás dos estudos sobre os perpetradores? Em outras palavras, por que estudá-los?

De modo geral, os perpetradores possuem informações importantes sobre a violência da qual fizeram parte, mas raramente estão dispostos a revelá-las.¹⁴ Ainda assim, é comum que esses personagens deem declarações públicas e que estas tenham repercussão política, memorial e social. Portanto, para além do que efetivamente revelam, as declarações dos perpetradores possuem relevância devido ao impacto que causam e à forma como afetam as lutas do presente e do passado. Segundo Claudia Feld e Valentina Salvi,

[as declarações dos perpetradores] pueden alimentar u obturar debates públicos sobre los alcances de los procesos de justicia y reparación, agitar o estabilizar ciertas memorias circulantes sobre el pasado de violencia, estimular o limitar los procesos sociales de atribución de responsabilidades políticas y penales, entre otras posibilidades.¹⁵

12 SALVI, Valentina. Los represores como objeto de estudio. In: *Cuaderno del IDES*, nº 32, Buenos Aires, 2016, p. 23.

13 Em 2008 Ustra se tornou o primeiro perpetrador da ditadura a ser condenado como torturador, após decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ademais, o Relatório final da Comissão Nacional da Verdade atribuiu ao mesmo a responsabilidade por 45 mortes ocorridas nos anos 1970.

14 Segundo Claudia Feld e Valentina Salvi, é comum que os perpetradores façam uma espécie de “pacto de silêncio” a fim de proteger os segredos da violência estatal e paraestatal da qual fizeram parte. Ver: FELD, Claudia; SALVI, Valentina. Cuando los perpetradores hablan. *Rubrica Contemporanea*, v. 5, nº 9, 2016.

15 FELD, Claudia; SALVI, Valentina. Cuando los perpetradores hablan. *Rubrica Contemporanea*, v. 5, nº 9, 2016, p. 2.

Apesar disso, ainda não há estudos sistemáticos sobre os perpetradores das ditaduras do Cone Sul, o que para Feld e Salvi estaria relacionado aos desafios desse campo de pesquisa e ao temor de que estudá-los possa afetar as lutas e os testemunhos das vítimas. Contudo,

estudiar o analizar estos discursos e intervenciones públicas no implica en absoluto avalar o reproducir acríticamente esas consideraciones. Por el contrario, es porque esa palabra controvertida participa en las luchas memoriales y políticas del presente, porque tiene efectos y genera sentidos en diversos ámbitos sociales, que su estudio es relevante precisamente para sostener las luchas de las víctimas y sua necesidad de reparación y justicia¹⁶

Portanto, estudar os perpetradores não é uma forma de legitimar as suas narrativas, mas sim de compreender a dinâmica das memórias, suas complexidades e o impacto que elas podem causar nas lutas do presente e do passado. Além disso, como destaca Farré, estudá-los também auxilia na desmistificação da ideia de que esses sujeitos são manifestações do “mal absoluto”, permitindo um melhor entendimento dos processos políticos, sociais e individuais que envolvem a atuação do perpetrador.¹⁷

Finalmente, devido às características deste trabalho, é importante que façamos algumas considerações sobre o conceito de memória. Maurice Halbwachs, um dos principais teóricos da área, entendia que a memória era coletiva, orientada pelas necessidades do presente, e responsável por dar coesão aos grupos sociais.¹⁸ Michael Pollak, por sua vez, ampliou e problematizou essa concepção ao enfatizar os esquecimentos, silêncios, seleções e relações de poder que envolvem a construção da memória.¹⁹ Em síntese, a memória para Pollak não era um simples repositório lembranças, mas um campo de tensões e de disputas, no qual determinados acontecimentos são lembrados ou apagados, conforme os interesses e as circunstâncias de determinada época. Nesse sentido, como observa Marcos Napolitano, “o olhar do historiador deve entender a memória como objeto que é fruto do próprio processo histórico, perturbando, no limite, a própria compreensão objetiva do passado”.²⁰

16 FELD, Claudia; SALVI, Valentina. Cuando los perpetradores hablan. *Rubrica Contemporanea*, v. 5, nº 9, 2016, p. 2.

17 FARRÉ, Juan Antonio González de Requena. Estratégias retórico-ideológicas em el testimonio de victimarios de la dictadura militar chilena. In: *Revista de Humanidades y ciencias Sociales*, nº 22, 2018, p. 3.

18 HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Vértice, São Paulo, 1990.

19 POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1989

20 NAPOLITANO, Marcos. Aporias de uma dupla crise: História e Memória diante de novos enquadramentos teóricos. *SECULUM – Revista de História*, v. 39, João Pessoa, 2018, p. 205.

Por fim, é importante que “memória” e “história” não se confundam. Enquanto a memória está vinculada às experiências vividas e/ou transmitidas socialmente, contendo as características citadas, a História busca construir um conhecimento distanciado sobre o passado e é sustentada por métodos e regras próprias. Como aponta Rodrigo Motta, “Memória e História são formas distintas de representação do passado, sem que se possa considerar uma superior à outra. A distinção está no fato da História operar com procedimentos científicos, um método, a crítica das fontes e a busca de evidências as mais amplas e diversificadas.”.²¹ Essa diferenciação é fundamental no estudo dos perpetradores, pois as narrativas desses sujeitos não podem ser vistas como neutras, mas sim como memórias construídas em meio a disputas políticas sobre o passado. Feitas essas considerações, abordaremos abaixo a trajetória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos perpetradores mais conhecidos do regime de 1964.

O DOI-CODI de São Paulo e o temido Doutor Tibiriçá

Em janeiro de 1970, após ter concluído o Curso de Comando do Estado Maior, Carlos Alberto Brilhante Ustra foi enviado para a cidade de São Paulo e passou a trabalhar como major estagiário, no II Exército. No novo cargo, Ustra participou das reuniões da Operação Bandeirantes²² e começou a ter um contato mais direto com os assuntos ligados à repressão, “nessas reuniões eram discutidas e avaliadas todas as ações terroristas da semana. Comentando os nossos acertos e os nossos erros, fazíamos uma crítica construtiva de tudo que se passara...”.²³ Em setembro de 1970, após um semestre de estágio, ele foi escolhido para assumir a chefia do Destacamento de Operações de Informações (DOI), braço principal do sistema DOI-CODI.

De modo geral, o sistema DOI-CODI foi implantado a partir 1970 com o objetivo de centralizar a repressão e, com isso, torná-la mais efetiva. O sistema era composto pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), responsável por efetuar o planejamento e a coordenação das medidas de defesa interna, e pelo Destacamento de Operações e Informações (DOI), que ficava a cargo das prisões, investigações e interrogatórios. A eficácia do sistema fez com que ele se espalhasse rapidamente por

21 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*, v. 9, nº 1, São Paulo, 2013.

22 Criada em 1969, na cidade de São Paulo, a Operação Bandeirantes foi a primeira experiência de centralização da repressão. Em menos de um ano a Oban obteve resultados importantes, tendo sido responsável pelo desmantelamento da Ação Libertadora Nacional em São Paulo. O sucesso da operação a transformou em fonte de inspiração do sistema DOI-CODI, seu sucedâneo. Para saber mais, ver: JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem*, São Paulo, Edusp, 2013.

23 USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, 1987, p. 73.

todo o Brasil e se transformasse em um dos principais símbolos da repressão, sendo o da cidade de São Paulo o maior e mais equipado.²⁴

Ustra ficou à frente do DOI de São Paulo de 1970 até o início de 1974, período em que ocorreram pelo menos 45 mortes e desaparecimentos forçados, além de inúmeros casos de torturas e de violações de direitos humanos.²⁵ Conhecido como doutor Tibiriçá dentro do DOI,²⁶ Ustra era um homem temido pelos presos políticos e admirado por seus subordinados. Os chefes de Ustra também demonstravam grande fascínio pelo então major, cujo empenho na repressão foi reconhecido por meio inúmeros elogios em suas folhas de alteração.²⁷ O tenente-coronel Erar de Campos Vasconcelos, por exemplo, descreveu Ustra como um homem, “Discreto, metódico, leal, caráter firme, disciplinado e dotado de alto senso de responsabilidade”.²⁸ Já o tenente-coronel Mário de Souza Pinto, não poupou elogios ao trabalho de Ustra,

na chefia do destacamento de operações e informações, é excepcional sob qualquer angulo ou aspecto. Eficiência, objetividade, realismo, coragem, destemor, desprendimento e relacionamento humano são qualificativos que se ajustam, perfeitamente, a este ótimo oficial do Estado Maior.²⁹

Além dos elogios citados acima, Ustra também foi agraciado com a Medalha do Pacificador com Palma, em fevereiro de 1972. Tal medalha, segundo Mariana Joffily e Maud Chirio, foi amplamente utilizada pelo regime militar para homenagear os agentes que se destacavam na repressão.³⁰ Em 1974, devido ao bom desempenho obtido à frente do DOI, Ustra foi enviado para a Escola Nacional de Informação (EsNI), onde

24 A partir de 1970 foram sendo criados DOI-CODIs nas principais cidades brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza e Porto Alegre.

25 Durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da verdade do Estado de São Paulo, foram recolhidos inúmeros testemunhos de vítimas que passaram pelo DOI-CODI de São Paulo e que denunciaram as diferentes formas de violência que sofreram nesse órgão. Os depoimentos podem ser conferidos nos arquivos das respectivas comissões e nos vídeos das audiências que se encontram disponíveis no Youtube.

26 O uso de codinomes por agentes da repressão era algo comum e tinha o objetivo proteger tais agentes de possíveis denúncias.

27 As folhas de alteração são documentos utilizados pelas Forças Armadas para registrar informações sobre a trajetória de um militar, incluindo promoções, transferências, cursos, punições, elogios e outras ocorrências relevantes.

28 Arquivo Nacional: Fundo: Comissão Nacional da Verdade – 00092000544201584. Folhas de alteração de Carlos Alberto Brilhante Ustra, p. II.

29 Arquivo Nacional: Fundo: Comissão Nacional da Verdade – 00092000544201584. Folhas de alteração de Carlos Alberto Brilhante Ustra, p. II.

30 JOFFILY, Mariana; CHIRIO, Maud. A repressão condecorada: a atribuição da medalha do pacificar a agentes do aparato de segurança (1964-1985). In: *História Unisinos*, v. 18, nº 3, 2014.

trabalhou ensinando as técnicas do DOI aos alunos da instituição. Posteriormente, ele ainda passou pelo Rio Grande do Sul e Brasília, até ser nomeado adido militar no Uruguai, em 1983. Essa breve reconstrução de sua trajetória evidencia uma carreira de sucesso, marcada pelo recebimento de medalhas importantes – a Medalha do Pacificador com Palma é a maior honraria concedida pelo Exército em tempos de paz – elogios e promoções, até o fim da ditadura.

Diante do exposto, podemos afirmar que o trabalho de Ustra era bem-visto pelas altas hierarquias, o que mostra que as violações de direitos humanos não eram casos isolados, mas parte de um sistema maior. Como a historiografia e o relatório final da Comissão Nacional da Verdade têm sustentado há bastante tempo, a estrutura repressiva da ditadura foi resultado das decisões tomadas pelos presidentes militares e pelas cúpulas governamentais. Esse aparato se organizou de forma hierarquizada, com militares ocupando os cargos estratégicos e estabelecendo intrincadas cadeias de comando. Sendo assim, como destaca Carlos Fico, “os crimes de tortura e assassinato de presos políticos foram cometidos com a conivência dos oficiais-generais responsáveis pelas diretrizes e operações de segurança interna”.³¹ Em suma, queremos deixar claro que as ações de violência perpetradas por Ustra não foram “excessos” individuais, mas parte da lógica instituída pelo próprio regime militar.

Das armas aos livros: o coronel nas disputas pela memória

Em agosto de 1985 a comitiva do ex-presidente José Sarney, da qual fazia parte a deputada Bete Mendes, visitou o Uruguai. Durante a festa de recepção, Bete Mendes – que havia feito parte da resistência armada contra a ditadura – reconheceu Ustra como seu torturador e o denunciou por meio de uma carta aberta, direcionada ao presidente Sarney. O caso rapidamente ganhou repercussão e, no dia 17 de agosto, os principais jornais do país noticiaram o ocorrido e estamparam o rosto de Ustra, associando-o à tortura. É importante pontuar que movimentos ligados aos direitos humanos já haviam denunciado o antigo chefe do DOI paulista como torturador,³² contudo, foram as denúncias da deputada que o tornaram uma figura nacionalmente conhecida devido à atenção dada pela mídia brasileira e estrangeira.

Em meio a repercussão do caso, o ministro do Exército, Leônidas Pires, defendeu Ustra e afirmou em documento reservado a todos os escalões do Exército que, “aqueles

31 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 25.

32 Em uma lista de 1978, organizada por presos políticos, o nome de Ustra já aparecia associado ao codinome Major Tibiriçá. Em 1980 seu nome reapareceu nos levantamentos do Comitê Brasileiro pela Anistia e do livro-projeto *Brasil: Nunca mais*. Ver: VICTOR, Fabio. *O poder Camuflado*, Companhia das Letras, 2022, p. 247.

que aturam patrioticamente e lutaram contra os subversivos e os terroristas, perdoados pela anistia, merecem o respeito de nossa instituição pelo êxito alcançado, muitas vezes com o risco da própria vida”.³³ O ministro também garantiu que Ustra permaneceria no cargo até o prazo estipulado, “o cel. Ustra é nosso Adiex no Uruguai, goza de nossa confiança e permanecerá até completar o período regulamentar”.³⁴

De fato, Ustra permaneceu até o fim no cargo de adido militar e não sofreu nenhuma punição, mas as repercussões da denúncia parecem tê-lo afetado e servido de combustível para o seu empenho nas disputas pela memória da ditadura. Em 1987, apenas dois anos após o ocorrido, Ustra publicou o seu primeiro livro com os seguintes objetivos, “contar uma etapa da minha vida e mostrar aos jovens que desconhecem esse período da nossa História como agiam os subversivos-terroristas... pretendo, ao final deste livro, num resumo, mostrar parte dessa guerrilha e desmentir categoricamente a deputada Bete Mendes...”.³⁵ Como se vê, embora o livro fosse baseado nas memórias do coronel, ele foi pensando a partir de questões contemporâneas a sua escrita, isto é, as denúncias de tortura realizadas pela deputada Bete Mendes.

Dividido em dez partes, o livro em questão mescla relatos pessoais com acontecimentos da época, e é marcado pelo negacionismo em relação às torturas e aos assassinatos cometidos pelo regime militar. De modo geral, Ustra reproduz a versão oficial da ditadura sobre os principais acontecimentos do período, denuncia as organizações armadas e defende a ideia de que o país vivia uma guerra contra o comunismo, nos anos 1970, a fim de justificar as ações da repressão. Além disso, inúmeras páginas são dedicadas ao caso Bete Mendes, a fim de convencer o leitor de que as acusações da deputada eram falsas e faziam parte de uma grande armação orquestrada pelas esquerdas, “para denegrir o Exército, dentre muitos que combateram o terrorismo, fui o escolhido...”.³⁶ Nesse primeiro livro, portanto, Ustra já lança a ideia – posteriormente aprofundada em outra obra – de que as esquerdas falseavam o passado para atacar as Forças Armadas. Com isso, o coronel parecia buscar não só deslegitimar os relatos críticos à ditadura, mas também se colocar como vítima de uma suposta difamação.

O livro recebeu a atenção da imprensa e Ustra chegou a participar do Jornal Manchete, como entrevistado de Alexandre Garcia. Nesse contexto, o ministro do

33 USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, 1987, p. 29.

34 USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, 1987, p. 73.

35 USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, 1987, p.18 e 19.

36 USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, 1987, p. 10.

Exército, Leônidas Pires, mais uma vez ficou ao lado do coronel e impediu que ele fosse punido pela publicação da obra e pela entrevista concedida para divulgá-la.³⁷ Leônidas Pires ainda declarou ao jornal *O Globo* que, “o coronel me disse que não torturou e eu acredito nele. Vivemos em uma democracia e todos têm o direito de publicar um livro. Ele se considerou injustiçado com as acusações e tem uma honra a defender...”.³⁸ Portanto, é possível afirmar que Exército – por meio da figura de Leônidas – protegeu e, indiretamente, incentivou o empenho de Ustra na defesa do regime militar.

Em 2006, o coronel publicou o seu segundo livro, *A verdade Sufocada*, no qual reiterou a defesa do regime militar e as suas acusações sobre o “falseamento” do passado pelas esquerdas. A principal fonte de inspiração para a escrita dessa segunda obra foi o livro Orvil³⁹ que, segundo o próprio Ustra, “foi o farol que me iluminou na redação de inúmeras partes deste meu novo livro, me tirou dúvidas, me esclareceu fatos e me deu a certeza de datas e de outros dados relevantes”.⁴⁰ No que se refere à ditadura, *A verdade sufocada* reproduz o mesmo discurso do primeiro livro, isto é, nega as torturas e os assassinatos, defende o golpe de 1964, o regime militar e a própria atuação do coronel na repressão. Contudo, nesse segundo livro o autor incorpora boa parte da estrutura narrativa de Orvil ao defender que o Brasil estaria vivendo desde 1922 – ano de fundação do Partido Comunista Brasileiro – sucessivas tentativas de tomada do poder pelos comunistas. A ideia de que a partir da transição as esquerdas estariam empenhadas em atacar as Forças Armadas também é aprofundada,

O fim do regime militar e a Lei de Anistia não trouxeram a pacificação desejada. Crédulos, os militares voltaram às suas atribuições, confiantes na reconciliação de todos os brasileiros. As mãos foram estendidas em sinal de paz, por um dos lados – as mãos dos vencedores da luta armada –, porém, para os vencidos o combate continuou. Os derrotados apenas trocaram as armas pelas palavras, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas que eles mantêm abertas

37 De acordo com o Regulamento Disciplinar do Exército, os militares da ativa são proibidos de se manifestarem politicamente.

38 Leônidas diz que Ustra não será punido pelo livro sobre guerrilha. *O Globo*, 11 de março de 1987.

39 Na década de 1980 o CIE iniciou o projeto Orvil, com o intuito de combater as narrativas de “esquerda” sobre o regime militar. O projeto resultou em um livro-relatório de quase mil páginas, caracterizado pelo negacionismo dos crimes da ditadura e pela denúncia das constantes tentativas de tomada do poder pelos comunistas. A intenção era divulgar a obra na sociedade, seguindo a lógica das guerras de memória, contudo, o presidente da época – José Sarney – vetou a publicação do livro e ordenou que ele fosse mantido em sigilo. Ainda assim, cópias foram feitas e circularam clandestinamente entre grupos de extrema direita, até que em 2007, o jornalista Lucas Figueiredo denunciou a existência da obra. Após descoberto, Orvil foi publicado em 2012, pela editora Schoba, e recebido com entusiasmo pela extrema direita.

40 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Ebook. 2007, p. 4.

até hoje... passaram a usar novas trincheiras na batalha pela tomada do poder e pela desmoralização do regime militar e das próprias Forças Armadas.⁴¹

O trecho acima deixa evidente que a memória da ditadura era vista por Ustra como um campo de batalhas e, também, como uma estratégia para a tomada do poder pelas esquerdas. A mesma ideia aparece na narrativa de Orvil, segundo a qual a partir de 1979 as esquerdas teriam abandonado a luta armada e iniciado a “quarta tentativa” de tomada do poder. As estratégias dessa nova tentativa, de acordo com Orvil, incluíam um intenso trabalho com as massas e a difamação das Forças Armadas com o intuito de se conseguir vitórias políticas: “vencidas na forma de luta que escolheram – a luta armada – as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política”.⁴² Ainda de acordo com Orvil, por meio das vitórias políticas, as esquerdas implantariam gradualmente o comunismo no Brasil.

Nesse sentido, Ustra se apropria das teorias conspiratórias de Orvil, as quais ele teve contato em 1995, a fim de caracterizar as lutas por memória e os governos progressistas como parte da nova estratégia de implantação do comunismo/ socialismo no país. Ainda de acordo com Ustra, a tomada do poder pelas esquerdas já estava em curso e sendo liderada pelo Foro de São Paulo e pelo Partido dos Trabalhadores: “conquistada a presidência da República, o PT, membro fundador do Foro de São Paulo, deveria, até por coerência, se pautar pelas decisões preconizadas pelo Foro... até a conquista do objetivo principal – o de tornar o Brasil um país socialista”.⁴³ Em outro trecho, o autor associa a memória da ditadura com as vitórias políticas das esquerdas, “2006 foi ano de eleição. Mais uma vez, oportunistas foram eleitos aproveitando-se do passado de “Presos políticos” e “exilados” pela ‘ditadura’”.⁴⁴

É interessante notar como a memória da ditadura é mobilizada, nesse segundo livro, para combater o Partido dos Trabalhadores e o Foro de São Paulo. Nesse sentido, mais uma vez o coronel deixa claro que a memória da ditadura não estaria relacionada somente ao passado, mas também às disputas políticas do presente. Para Ustra, era necessário estabelecer a “verdade” sobre o regime militar a fim de desmoralizar as esquerdas e, dessa forma, impedir novas vitórias políticas desse seguimento. O autor,

41 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Ebook. 2007, p. 480 [grifo nosso].

42 ORVIL as tentativas de tomada do poder, 1988, p. 839

43 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Ebook. 2007, p. 560.

44 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Ebook. 2007, p. 521.

inclusive, encerra o seu livro com uma espécie de manifesto, conclamando outras pessoas a se aventurarem nas disputas pela memória da ditadura:

Chega de mito, chega de pensarem que enfrentamos estudantes indefesos, que lutavam pela liberdade e contra a ditadura! Chega de silêncio! Escrevam. Façamos como eles, mesmo não sendo escritos, como eu não sou, escrevam. Eles já têm centenas de livros publicados e bem difundidos. É preciso não deixar que os vencidos continuem reescrevendo a história...⁴⁵

Além dos dois livros citados acima, Ustra também manteve um blog pessoal para divulgar a sua narrativa sobre o regime militar, escreveu para o *Jornal Inconfidência*⁴⁶ e fez parte do grupo Terrorismo Nunca Mais – TERNUMA.⁴⁷ Criado no Rio de Janeiro, em 1998, o TERNUMA surgiu a partir da constatação de que, “a versão dos militares nunca é divulgada, ao contrário da versão dos terroristas, que virou verdade”.⁴⁸ Para divulgar as narrativas favoráveis à ditadura, o grupo criou um blog no início dos anos 2000, sendo Ustra um dos escritores mais ativos e um dos dirigentes de maior projeção. De acordo com Fábio Victor, “a casa da família [de Ustra] abrigou inúmeras reuniões do grupo, com participantes que mais tarde integrariam o primeiro escalão do governo Bolsonaro”.⁴⁹ Percebe-se, portanto, que Ustra foi um participante ativo nas disputas pela memória da ditadura desde a década de 1980, disseminando por diferentes meios a sua narrativa sobre o regime militar. Em 2012, com o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, o coronel enfrentaria mais uma batalha pela memória do regime militar.

O coronel Ustra e a Comissão Nacional da Verdade

O terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), aprovado em dezembro de 2009, apontou em sua Diretriz 23 a necessidade de se criar uma Comissão Nacional da Verdade, como parte das políticas de direito à memória e à verdade no país. Sendo assim, em 2010, o governo federal encaminhou para o legislativo o Projeto de Lei

45 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Ebook. 2007, p. 566.

46 O jornal *inconfidência* começou a ser publicado em 1998, por militares da reserva, e é caracterizado por narrativas favoráveis à ditadura e por propagar a teoria do chamado “marxismo cultural”. A historiadora Maud Chirio analisou as edições de 1998 a 2014, que estão disponíveis na Biblioteca do Clube Militar. Ver: Maud Chirio, *Da linha dura ao marxismo cultural: o olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira (jornal inconfidência, 1998-2014)*. In: MARTIN-FILHO, João Roberto Martins Filho, *Os militares e a crise brasileira*, São Paulo: Alameda, 2021.

47 O nome do grupo é uma forma de contrapor ao livro “Brasil: nunca mais” e ao grupo “Tortura nunca mais”.

48 Gomes da Silva, apud: VICTOR, Fábio. *O poder Camuflado*, Companhia das Letras, 2022, p. 257.

49 VICTOR, Fábio. *O poder Camuflado*, São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 257.

nº 7.736, responsável pela criação da Comissão Nacional da Verdade. Em 2011, durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, o projeto foi aprovado e deu origem à Lei nº 12.528, que instituiu a CNV. No geral, o objetivo da comissão era investigar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988,⁵⁰ a fim de efetivar o direito à verdade, à memória e promover a reconciliação nacional.⁵¹

Na primeira metade de 2012 a Comissão iniciou os seus trabalhos e os primeiros agentes da repressão foram convocados para prestar depoimento. Durante as audiências, os responsáveis pela tomada do depoimento seguiam um roteiro de perguntas previamente estabelecido e buscavam confrontar os perpetradores com provas documentais. O objetivo principal era fazer com que os agentes da repressão falassem sobre os crimes cometidos e contribuíssem para a elucidação de casos ainda não solucionados. Ustra foi convocado a depor em 2013, mas entrou na justiça com um pedido de *habeas corpus* para não comparecer à audiência. O advogado de Ustra, responsável pelo pedido, caracterizou a Comissão como tendenciosa e alegou que o seu cliente, devido a problemas cardiovasculares e à idade avançada, não podia vivenciar situações que lhe causassem “estresse acentuado”.⁵² O pedido de Ustra foi negado, mas o juiz responsável pelo caso lhe garantiu o direito de permanecer em silêncio durante toda a audiência.

Sem saída, o antigo chefe do DOI paulista prestou depoimento no dia 10 de maio de 2013. Havia grandes expectativas em torno de seu depoimento, ainda que a resistência em comparecer já indicasse que o coronel não estava disposto a colaborar com a Comissão. Ustra chegou à sessão de óculos escuros e com um broche discreto do lado esquerdo de seu paletó, simbolizando a Medalha do Pacificador com Palma que, como dito anteriormente, foi utilizada pelo regime militar para homenagear os agentes que se destacavam na repressão. A utilização de tal adereço, ainda que discreto, é simbólico e revelador do orgulho que Ustra sentia pelos serviços prestados à repressão.

Antes mesmo de ser questionado, Ustra pediu a palavra e leu algumas anotações que trouxe de casa, reproduzindo a narrativa presente em seus livros de que na década de 1970 o Brasil estava em guerra contra o comunismo e de que o Exército lutou para salvar a democracia, “se não fosse a nossa luta, se nós não tivéssemos derrotado, hoje eu

50 A ampliação do período temporal investigado pela comissão, isto é, o recuo até 1946, foi uma forma de amenizar os conflitos com as Forças Armadas.

51 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Volumes 1, 2, 3. Brasília: CNV, 2014, p. 22.

52 Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Nacional da Verdade - BR RJANRIO CNV.o.DPO.00092000823201386. Ofício entregue por oficial de Justiça à Comissão Nacional da Verdade com cópia de decisão nos autos do habeas corpus nº 24063-55.2013.4.01.3400 impetrado em favor de Carlos Alberto Brilhante Ustra. Data: 08/05/2013.

não estaria aqui, porque eu já teria ido para o paredão. Hoje não existiria democracia neste país. Os senhores estariam sob um regime comunista tipo Fidel Castro...”.⁵³ Nessa primeira intervenção, Ustra também fez questão de se declarar inocente, “quero dizer para os senhores que agi com consciência, que agi com tranquilidade, eu nunca ocultei cadáver, eu nunca cometi assassinato...”.⁵⁴ Por fim, o coronel finalizou dizendo que se sentia perseguido e que tudo o que tinha para declarar já estava escrito em seu livro:

Já são cinco ou seis inquéritos atrás de mim, mas eu vou em frete! Eu vou em frente! Nem que eu morra assim. Mas eu não vou me entregar! Eu lutei, lutei e lutei! Tudo que eu tenho que declarar, meus senhores, está no meu livro. Tudo que eu tenho que declarar está lá escrito. Tudo que eu tenho que declarar eu já disse. Nesse momento, eu asseguro o meu direito de manter calado, reforçado pela decisão do juiz da 12ª Vara Federal. Tenho dito.⁵⁵

É interessante notar que desde o início o coronel busca se apresentar como um homem perseguido, reforçando não só as narrativas presentes em seus livros, como também os discursos em voga na época, de pessoas contrárias à Comissão. Apesar de dizer que se manteria em silêncio, Ustra respondeu a algumas perguntas da CNV, mas somente as que ele queria e sempre para reproduzir a versão negacionista de seus livros. Sendo assim, torna-se evidente uma tensão entre a estratégia adotada pelo coronel – o silêncio – e o seu desejo de defender a ditadura e a sua própria atuação na repressão. O início da sessão ocorreu de modo tranquilo, mas quando se iniciaram os questionamentos sobre assassinatos e desaparecimentos, o coronel ficou visivelmente alterado:

José Carlos Dias (CNV): - Décima primeira pergunta. A decisão de matar Frederico partiu do senhor? (...)

Carlos Alberto Brilhante Ustra: - Eu não vou responder mais nada.

José Carlos Dias (CNV): - Décima segunda pergunta.

Carlos Alberto Brilhante Ustra: - Chega!

José Carlos Dias (CNV): Chega não. Eu farei as perguntas (...)⁵⁶

Ainda assim, ele seguiu negando as acusações sofridas e reproduziu, durante toda a audiência, a versão de seus livros. Mesmo quando questionado com documentos da repressão, Ustra manteve a narrativa de seus livros e negou as evidências apresentadas.

53 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Depoimento à comissão nacional da verdade (CNV), Data: 10/05/2013.

54 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Depoimento à comissão nacional da verdade (CNV), Data: 10/05/2013.

55 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Depoimento à comissão nacional da verdade (CNV), Data: 10/05/2013.

56 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Depoimento à comissão nacional da verdade (CNV), Data: 10/05/2013.

Em determinado momento, por exemplo, Claudio Fonteles exibiu como prova um relatório de estatística do DOI-CODI de São Paulo, no qual são discriminados os presos que passaram pelo órgão (os que foram transferidos, liberados, mortos etc.).

A documentação apresentada, referente ao período em que Ustra esteve à frente do órgão, mostra que pelo menos 47 pessoas teriam sido mortas até dezembro de 1973.⁵⁷ Além disso, o fato de o relatório ter sido produzido pelo próprio DOI, para ser enviado ao II Exército, indica que as hierarquias tinham conhecimento das violações de direitos humanos que ocorriam dentro do órgão, incluindo o assassinato de presos políticos. É importante pontuar que um desses relatórios de estatística do DOI, referente a setembro de 1975, já havia sido vazado pelo *Correio Braziliense*, em 2004. Sendo assim, no livro *A verdade sufocada*, cuja primeira edição é de 2006, Ustra abordou essa questão e defendeu que todos os presos listados no item “mortos”, haviam sido mortos em combate, e não dentro do DOI. Essa mesma “tese”, que não condiz com o que a documentação mostra, foi adotada durante a audiência da CNV:

Carlos Alberto Brilhante Ustra: - Ninguém foi morto dentro do DOI, todos foram mortos em combate! E os que o senhor diz que foram mortos dentro do DOI, não é verdade. Eles foram mortos pelo DOI em combate, fora, na rua, dentro do DOI nenhum.

Claudio Fonteles (CNV): - Terminou?

Carlos Alberto Brilhante Ustra: -Reputo que o senhor não está certo no que o senhor está dizendo, está aqui publicado! [bate as mãos com força no livro]

Claudio Fonteles (CNV): -Não precisa se exaltar.

Carlos Alberto Brilhante Ustra: Estou exaltado senhor, porque a mentira me revolta.

Claudio Fonteles (CNV): - Mas não é mentira.

Carlos Alberto Brilhante Ustra: - É mentira, sim senhor. O senhor vai me desculpar, é mentira porque está aqui escrito, dentro do DOI não houve. E não eram uns anjinhos que estavam lá dentro que foram mortos, não senhor, foram mortos de arma na mão na rua.⁵⁸

Portanto, Ustra utilizou o seu próprio livro como armadura contra as acusações que lhe eram feitas, apresentando-o como uma espécie de “verdade” irrefutável, mesmo diante de documentos que provavam o contrário. No geral, muitos setores consideraram o seu depoimento uma derrota para a Comissão, pois o coronel não efetuou nenhuma confissão, respondeu somente as perguntas que quis, e utilizou a audiência para reproduzir o negacionismo de seus livros. Apesar de tal êxito, é muito provável que Ustra sentisse que a “guerra” pela memória da ditadura estava perdida. Numa de suas raras entrevistas, em 2014, ele afirmou acreditar que a Lei de Anistia seria

57 A documentação referente aos relatórios pode ser consultada no acervo da Comissão Nacional da Verdade, disponível no Arquivo Nacional.

58 USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Depoimento à comissão nacional da verdade (CNV), Data: 10/05/2013 [grifo nosso].

revogada, “acho que a Lei de Anistia vai acabar e eles vão acabar nos julgando. Eles vão violar a constituição e vão nos julgar, a não ser que o povo não aceite essa violação”.⁵⁹ Todavia, o medo de Ustra nunca se concretizou, ele faleceu no Hospital Militar de Brasília, em 2015, sem nunca ter sido punido pelos crimes que cometeu.⁶⁰ As disputas pela memória da ditadura, contudo, ganhariam novo fôlego com a crise política e a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder.

A extrema direita atual e a heroicização de Ustra

Em abril de 2016 o país acompanhava a votação do impeachment de Dilma Rousseff, quando Jair Bolsonaro, até então um deputado de baixo clero, incendiou a Câmara ao declarar seu voto,

perderam em meia quatro, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo e pela nossa liberdade. Contra o foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias. Pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!⁶¹

A homenagem a Ustra – um dos torturadores mais conhecidos do país – pegou a todos de surpresa e gerou grande repercussão na mídia brasileira. Jair Bolsonaro, por sua vez, passou a ganhar cada vez mais notoriedade a medida em que o Partido dos Trabalhadores enfrentava uma crise política sem precedentes. Em 2018, já como pré-candidato à presidência, Bolsonaro continuou a evocar a figura de Ustra e chegou a declarar, em entrevista para o programa Roda Viva, que o seu livro de cabeceira era *A verdade sufocada*.⁶² Durante a corrida eleitoral, o rosto de Ustra também estampou a camiseta dos apoiadores de Bolsonaro à presidência, em um verdadeiro culto à figura do torturador.

Como consequência, a venda dos livros escritos pelo coronel cresceu significativamente. Em junho de 2016, dois meses após o polêmico voto de Bolsonaro pelo impeachment, Ustra já figurava como o sexto autor de não ficção mais vendido do

59 USTRA, Carlos Alberto Brilhante. Coronel Ustra: excessos pode ter havido dos dois lados. Entrevista concedida ao jornal Zero Hora, Rio Grande do Sul, 27 de maio, de 2014

60 A impunidade de Ustra está associada à interpretação da Lei nº 6.683/1979 (Lei da Anistia), segundo a qual os crimes cometidos por agentes estatais durante a ditadura militar também estariam abrangidos pela anistia, através do item “crimes conexos aos políticos”. Essa leitura, legitimada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010, foi amplamente criticada por organismos internacionais de direitos humanos, pois crimes de lesa-humanidade não são passíveis de anistia. Para saber mais ver: RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *A Ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

61 Jair Bolsonaro, apud: VICTOR, Fabio. *O poder Camuflado*, São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 243.

62 Conheça o livro de cabeceira de Jair Bolsonaro: “a verdade sufocada”. *Infomoney*, 31 de julho de 2018.

país.⁶³ Uma vez eleito, Bolsonaro continuou o seu culto a figura de Ustra e se aproximou da viúva do coronel, chegando a lhe oferecer um cargo no governo. Segundo Fabio Victor,

A conexão de Joseíta com Bolsonaro cresceu a ponto de, na 16ª reedição de *A verdade sufocada*, publicada em dezembro de 2018, ela ter incluído bordões do candidato vitorioso na campanha presidencial. No fecho do livro, logo após as palavras finais do coronel, foram acrescentados um versículo bíblico repetido à exaustão por Bolsonaro (e conhecerei a verdade, e a verdade vos libertará, João 8:32) e seu slogan de campanha, que batizou também sua coligação: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.⁶⁴

Para Rodrigo Motta, o culto à figura de Ustra pela extrema direita atual está relacionado ao fato dele ser visto como uma espécie de mártir, “Mesmo Ustra não tendo sofrido sanções efetivas, os nostálgicos da ditadura trataram-no como vítima de perseguições (revanchismo, nos seus termos) da esquerda, transformando-o em símbolo das bandeiras da direita autoritária no quadro recente”.⁶⁵ No mais, acreditamos que o culto à figura de Ustra também é uma forma de legitimar uma memória favorável ao regime militar, missão que tem sido levada a sério pela extrema direita atual.

Considerações finais

Nos últimos anos as narrativas pró-ditadura ganharam impulso no país e trouxeram a sensação de que se tratava de um fenômeno novo. No entanto, como visto ao longo deste artigo, as disputas em torno do regime militar têm se desenrolado desde a transição, sendo Carlos Alberto Brilhante Ustra um dos grandes representantes das trincheiras pró-ditadura.

A memória defendida por Ustra e seus companheiros, contudo, permaneceu subterrânea⁶⁶ até meados dos anos 2000, devido à hegemonia que a memória crítica exercia. Em 2007, por exemplo, Benito Schmidt publicou um artigo analisando a memória em torno do golpe de 1964 e concluiu que, “hoje, no Brasil, são poucos os que negam a existência da tortura durante o regime militar. Mais ainda, raros são os que se

63 Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 de junho de 2016.

64 VICTOR, Fabio. *O poder Camuflado*, Companhia das Letras, 2022, p. 266.

65 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A guerra cultural Bolsonaroista e as disputas pela história recente, *contenciosa*, nº 12, 2022, p. 3.

66 O conceito de “memória subterrânea” foi desenvolvido por Michael Pollak e se refere às memórias marginalizadas de uma determinada sociedade, devido à oposição que fazem à memória oficial. Ainda segundo Pollak, em contextos de crise essas memórias subterrâneas afloram e passam a disputar a hegemonia. Ver: POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1989

identificam publicamente com a ditadura”.⁶⁷ O historiador Daniel Aarão, da mesma forma, apontou em um livro dos anos 2000 que, “Quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje (...) Para a grande maioria da sociedade, a ditadura e os ditadores foram demonizados (...)”.⁶⁸

Todavia, esse cenário começou a mudar a partir da crise política iniciada em meados de 2013/14. De modo geral, a memória hegemônica passou a ser cada vez mais questionada, enquanto as narrativas revisionistas⁶⁹ e negacionistas⁷⁰ ganharam mais espaço na sociedade brasileira. Vale destacar que o relatório final da CNV foi entregue em 2014 e que a Comissão, de certa forma, serviu de estímulo para a mobilização de setores radicais que a viam como “revanchista”.⁷¹ Sendo assim, a crise política coincidiu com um momento de mobilização da extrema direita contra a Comissão, o que gerou um terreno fértil para a disseminação das narrativas pró-ditadura. Outro ponto de inflexão nesse processo foi a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. Nesse contexto, narrativas pró-ditadura e teorias conspiratórias – como as que já estavam presentes em *A verdade sufocada* – passaram a ser cada vez mais disseminadas na sociedade brasileira, contribuindo para a desvalorização da democracia em nosso país.⁷²

Contudo, é importante pontuar que a memória crítica ao regime militar parece permanecer hegemônica na sociedade brasileira, tendo em vista que a extrema direita e os discursos pró-ditadura ainda não encontram espaço nos lugares que historicamente atuam como formadores e reprodutores de memórias, isto é, as Universidades, a Imprensa, os meios de comunicação tradicionais etc.⁷³ No entanto, tal hegemonia tem sido cada vez mais ameaçada com o crescimento de discursos pró-ditadura, difundidos por líderes políticos e por novas formas de comunicação, como as redes sociais. Esses canais, ao operarem de maneira descentralizada e com grande capacidade de

67 SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. In: Anos 90: *Revista do programa de Pós Graduação em História*, v. 14, nº 26, 2007, p. 137.

68 AARÃO, Daniel. *Ditadura militar: esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 7.

69 Nos referimos aos “revisionismos ideológicos”, isto é, narrativas construídas a partir do uso de metodologias tendenciosas e que visam confirmar as crenças de seus autores. Ver: NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. In: *Antíteses*, Londrina, 2015.

70 Entendemos por negacionismo a “negação” de evidências já reconhecidas e/ou comprovadas pela comunidade científica. No caso da ditadura, um exemplo clássico, é a negação da existência de torturas.

71 MOTTA Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 11

72 Os efeitos dessa desvalorização se tornaram visíveis em manifestações da extrema direita que pediam o fechamento do congresso, intervenção militar e até mesmo o retorno do AI5.

73 NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. In: *Antíteses*, Londrina, 2015, p. 33).

mobilização, têm potencializado a circulação de narrativas negacionistas que, no fundo, buscam legitimar novos projetos autoritários para o país. Por fim, embora Ustra não tenha vivido para ver o crescimento da extrema direita nas disputas pela memória, defendemos que ele foi parte importante desse movimento e, por isso mesmo, se tornou uma espécie de herói e mártir dos grupos radicais.